A Etnografia como Promessa e o “Efeito Latour” no Campo da Ciberultura¹

Jean Segata

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, RN, Brasil
E-mail: jeansegata@gmail.com

Resumo

O objetivo geral deste trabalho é o de narrar algumas controvérsias entre a comunicação e a antropologia em torno do uso da etnografia e da Teoria Ator-Rede no campo da cibercultura. Nisso, se inclui uma problematização da aproximação dessas disciplinas a partir de alguns interesses desencontrados, os processos de convencimento do uso da etnografia em espaços *–on-line*, a crítica inicial à proposição da etnografia como método e uma revisão do conceito de rede utilizado em ambas as disciplinas. Em muito, isso celebra uma década e meia do Grupo de Pesquisas em Ciberantropologia (GrupCiber), do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, e, assim, de alguma forma, configura-se como um momento de autocrítica e de aceno para novos rumos do grupo.

Palavras-chave: Cibercultura. Etnografia. Teoria Ator-Rede. Antropologia. Comunicação. GrupCiber.

Abstract

The main goal of this paper is to describe some controversy between the communication and anthropology around the use of ethnography and Actor-Network Theory (ANT) in the field of cyberculture. Besides, it includes a problematization of these courses approximation from some incompatible interests, the processes of convincing the use of ethnography in online spaces, the initial critique of the ethnography proposition as a method, and a review of the network concept used in both courses. Likewise, it celebrates a decade and a half of the Research Group in Cyberanthropology (GrupCiber) from the graduate program in Social Anthropology at the Federal University of Santa Catarina (UFSC), and thus somehow appears as a moment of self-criticism and signal to new directions for the group.

Keywords: Cyberculture. Ethnography. Actor-Network Theory (ANT). Anthropology. Communication. GrupCiber.

1 Introdução

[...] la historia es una red y no una vía.

(Jorge Drexler, 2006)

Nos últimos 15 anos, os estudos em Ciberultura ganharam evidência no Brasil, reunindo pesquisadores de diferentes disciplinas, como a Sociologia, a Arte, a Comunicação, a Filosofia e a Antropologia. Temas como a Comunicação Mediada por Computador (CMC), o pós-humano, as redes sociotécnicas ou o ciberespaço são recorrentes, controversos e têm mobilizado debates intensos em eventos e publicações do campo. O Grupo de Pesquisas em Ciberantropologia (GrupCiber) do PPGAS/UFSC, é um pioneiro nesse campo no Brasil, e desde o seu surgimento tem contribuído, especialmente buscando romper com as tradições ensaísticas sobre as quais parte dessa produção se desenvolveu, oferecendo a etnografia como uma alternativa de produção de conhecimento e o que resulta dessa experiência, aqui problematizada, se desdobra em três momentos críticos: o primeiro deles ficou marcado por um duplo esforço de convencimento – levar às demais disciplinas envolvidas na discussão uma possibilidade de trabalho de campo que incluísse ambientes *on-line* e *off-line* seguindo as práticas das pessoas na sua relação com as tecnologias. Por outro lado, o esforço incluía convencer a própria antropologia da possibilidade de etnografia nesses ambientes, de início diminuído em sua validade, à custa de acusações de que situações não presenciais não gerariam dados confiáveis no trabalho de campo. O segundo momento ficou marcado por um hiato entre as expectativas da Comunicação, e as pretensões antropológicas no campo da Ciberultura: enquanto o GrupCiber via nesse campo um

lugar para pensar a própria condição da etnografia, a Comunicação esperava dela um modelo metodológico para a pesquisa, difundido com sucesso desde Malinowski. Por fim, como último desdobramento, eu busco avaliar a introdução das críticas da Teoria Ator-Rede, quando a Antropologia começa a desfazer a ideia de Cibercultura e da própria noção de rede sociotécnica amplamente utilizada no campo, parte da Comunicação se investe no desenvolvimento de um programa de pesquisa a partir de um conjunto de ferramentas por eles denominado de netnografia. Enfim, o presente trabalho tem por objetivo narrar essas controvérsias no campo da Cibercultura utilizando-se como eixo central a etnografia e os modos como ela sofreu e provocou transformações nesses debates. Para isso, será utilizada minha própria experiência de pesquisa no GrupCiber, como meio privilegiado de acesso a esse debate e, seguindo a ideia de mediação apresentada por Bruno Latour, que foca na tradução dos elementos imbricados/associados, o movimento a ser descrito é o das mútuas transformações nos discursos e entendimentos de antropólogos e comunicólogos em torno de um objeto comum, passando desde a sua transformação, até o modo como ele também fez repensar os próprios investimentos teórico-metodológicos dessas disciplinas. Não se trata de se pensar a comunicação e a antropologia e as suas relações com a etnografia, mas sim pensá-las a partir da etnografia como relação entre ambas.

2 O GrupCiber, a Cibercultura e Alguns Convencimentos

O GrupCiber do PPGAS/UFSC iniciou suas atividades em 1997, configurando-se, assim, como o pioneiro na antropologia brasileira, nos estudos no campos da cibercultura². Não é o objetivo deste trabalho fazer uma reconstituição de sua trajetória, mas é fundamental que se entenda, que o que se convencionou chamar de cibercultura, trata-se, sobretudo, de um campo ainda em plena expansão e disso resulta que a objetos foram sendo constituídos como interesse antropológico, que, por conseguinte, passaram a exigir reformulações nas suas formas de abordagem. Soma-se a isso a própria dinâmica de emergência, de consolidação e de eventual desuso de certos espaços de relação, como listas de discussão, *e-mails*, *blogs* ou redes sociais, por

exemplo, que em alguma medida, apesar de suas particularidades e de seus momentos especiais de maior atenção, respondem, como conjunto descontínuo, pela centralidade que a internet tem nesse campo. E em cada tempo de cada um desses espaços pode-se notar a preocupação do GrupCiber em produzir alguma forma de entendimento, do ponto de vista antropológico. Prova disso são os trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses, que apontam para alguns dos interesses do grupo na sua primeira década: ambientes interativos (Guimarães Jr., 2000), listas de discussão (Máximo, 2002), *blogs* (Máximo, 2005), redes sociais (Segata, 2007), *microblogs* (Petry, 2010).

Atualmente, a maior parte das preocupações dos trabalhos do grupo tem sido dirigida a uma tentativa de repovoar a antropologia que se pratica, especialmente a partir de recentes trabalhos nos quais se passa a dar mais consideração às múltiplas agências que formam aquilo que Bruno Latour costuma tratar por coletivos³. Os computadores e a internet não são mais os protagonistas exclusivos dos nossos trabalhos, e exemplo disso é a minha tese sobre relações entre humanos, novas tecnologias médico-veterinárias e animais de estimação (Segata, 2012) ou uma dissertação sobre as controvérsias em torno de uma política pública de inclusão digital, a chamada Floresta Digital, do Estado do Acre. (Petry, 2013)

Dito isso, é preciso esclarecer que houve um tempo em que falar de ciberultura fazia algum sentido para nós. Definida como “a cultura contemporânea marcada pelas tecnologias digitais”, materializava-se a partir dela um completo e original campo de estudos na antropologia⁴. Naqueles idos de 1990, a voz corrente entre pesquisadores das humanidades e da comunicação interessados naquele campo em formação, não duvidava que os computadores e a internet formavam um cenário – um agente externo, metaexplicativo – para a configuração de novas formas de informar, conhecer ou comunicar. E isso tudo, se discutia a partir da emergente comercialização da internet, do uso do *e-mail*, de listas de discussão, avançando para as comunidades virtuais, os compartilhadores de arquivos, os jogos, *chats*, *blogs* e *fotologs*, até chegar às ditas redes sociais de hoje. Em resumo, houve alguma caminhada até chegar ao sofisticado e aglutinador Ciberultura.

Contudo, o interesse de antropólogos por esse campo não era unânime, tampouco vinha ao encontro daquilo que se discutia com mais fôlego na época, especialmente na Comunicação: a digitalização das mídias, a orquestração da comunicação (Winkin, 1998), a hiperindividualização e massificação das pessoas (entre os chamados apocalípticos, como Jean Baudrillard, por exemplo) ou a superinclusão e a inteligência coletiva (entre os apoloéticos, como em Pierre Lévy)⁵. Com alguma vaga inspiração em Georg Simmel, interessava-nos, na época, no que cabia no termo sociabilidade e assim se passa a investir numa forma de investigação nesse campo que não estivesse determinada a pensar em impactos tecnológicos ou preocupada com alguma decisão sobre os seus benefícios ou malefícios⁶. O que nos movia era algo mais vivencial, ou seja, buscava-se uma reflexão sobre as tecnologias na vida das pessoas e a vida das pessoas nessas tecnologias. Foi assim, então, que apareceu o GrupCiber, disposto a conduzir suas análises a partir de trabalhos etnográficos.

No início da formação desse campo, a nossa principal interlocutora era a comunicação. Mas ela estava em pleno vapor de discussões sobre os seus novos rumos, naquilo que eles tratavam por Comunicação Mediada por Computador (CMC). Entre muitas questões, talvez a mais em voga incluísse a revisão da relação unilateral entre emissor e receptor, em favor de um todos para todos, a partir da internet – ou seja, para a Comunicação, começava a aparecer ali um amplo e difuso conjunto de *canais de informação ou comunicação*. Contudo, pouco disposta a esse debate, e ainda um tanto menos naquele que se polarizava entre os mencionados apocalípticos e apoloéticos do ciberespaço, nossa proposta ampliava a ideia de *canal* de comunicação ou informação para aquela de um *espaço de relação*. Ou seja, ao nosso olhar, a ideia de canal não privilegiava os então nascentes *sites* de relacionamento, como *chats*, por exemplo. Ali, insistia-se, não havia apenas informação/comunicação, mas relação, com aqueles seus tradicionais marcadores, como o estabelecimento de vínculos, pertença ou identidade – e isso passava a interessar os nossos colegas da Comunicação. Mas havia um grande desafio, e ele estava “dentro de casa”: era preciso convencer os nossos colegas antropólogos de que havia *gente* naquele lugar.

Tratar a questão dessa forma pode soar como mera trivialidade, mas importa saber que se estava em um período em que a ideia de virtual figurava como algo subjacente ao real. Soma-se a isso as especulações em torno da artificialização da inteligência e as competências técnicas específicas, que davam o tom (e o temor) de algo maquínico e menos completo que o humano⁷. Pouco se estranhava a ideia de adjetivar ações ou coisas como virtuais – realidade virtual, comunidades virtuais, namoros virtuais, etc. Desse modo, um antropólogo disposto a narrar um cenário composto por *interfaces*, *frames*, *avatars*, *bits*, *bytes*, *emoticons*, *nicknames*, *softwares*, *hardwares* ou *pixels* estava fadado à desconfiança de muitos dos seus pares, à guisa da acusação de um esvaziamento humano na etnografia. Com isso, por exemplo, por mais de uma vez foi preciso ensaiar alguma resposta ao questionamento de que não haveria confiabilidade nos dados desses “ciberinformantes”, à custa de que, estando eles numa realidade virtual, a relação etnográfica ali estabelecida, não ultrapassaria a mera simulação. A acusação interna na disciplina era a de que em interface, as pessoas poderiam dissimular, inventarem-se da forma que o quisessem, e o antropólogo jamais saberia “da verdade” desse outro, porque lhe faltariam recursos metodológicos, como a análise de uma performance corporal, o contraste entre o dito e algum gesto, etc. Enfim, aparentemente, foi preciso lidar com uma realidade limitada e, por isso, limitadora.

Certamente, críticas como essas nos ajudaram a construir uma *antropologia no ciberespaço*, uma vez que exigiram posicionamentos do grupo, em relação às nossas pretensões. Além disso, elas foram fundamentais para repensar, entre outras coisas, a etnografia na sua forma tradicional e nos fazer investir em novas possibilidades analíticas – como seria o caso da Teoria Ator-Rede. Mesmo assim, havia uma tensão presente no debate, pois, afinal de contas, nos parecia bastante evidente que havia alguma inocência em crer na confiabilidade de nossos informantes em face a face – especialmente, por que ela vinha como um tipo de sinônimo de verdade. Problematicar a dissimulação, a invenção, a contradição, ou qualquer ideia de processualidade, haveria de ser, há muito tempo em nossa disciplina, algo muito mais produtivo do que a sua anulação. Com isso, o investimento naquele campo permitia, num mesmo tempo, repensar a própria antropologia e,

em crítica à Comunicação, investir no desfazimento da fronteira entre *on-line* e *off-line* e na despolarização de seus debates – atentando-se aos usos ou apropriações dos humanos no ciberespaço. Aos poucos, a recepção aos nossos trabalhos foi melhorando em ambas as disciplinas, ainda que fosse necessário tratar *comunidades on-line*, *listas de discussão* ou *sites de relacionamentos* como as nossas aldeias para se inscrever em algum lugar da antropologia das sociedades complexas. Enquanto do lado da Comunicação, como especialistas em estudos de gentes e suas relações, nos tornávamos cada vez mais devedores da fórmula secreta de certo método – a etnografia.

Entre antropólogos, talvez soe um pouco desconfortável dizer que a etnografia é um método. Mas o mais complicado é explicar para um não antropólogo que ela não o é. Uma vez que nosso enfoque nas relações humanas passou a ser bem acolhido, a própria comunicação passou a vislumbrar novas formas de empreender suas pesquisas na cibercultura, e com isso veio a demanda do que hoje se tem tratado por netnografia – isto é, uma forma específica de etnografia praticada na internet. De alguma forma, isso nos aproximava cada vez mais, tornando nossas distâncias cada vez mais evidentes.

Era o ano de 2007, e a marca de consolidação de discussões que aconteciam de modo mais individualizado, veio com a criação da Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura (ABCiber), na ocasião da realização do seu primeiro simpósio, na PUC-SP. Essencialmente, ela teve início com pesquisadores daquela instituição, como também da UFBA, da UFRJ, da UERJ, da USP, entre outras, incluindo a UFSC, com a vice-presidência ocupada pelo GrupCiber, na pessoa do professor Theophilos Rifiotis – que ali permaneceria pelos próximos anos. Com isso, as trocas mais localizadas ganhavam a oportunidade de um espaço comum para as discussões no campo, o que aumentava as expectativas sobre nossas supostas promessas metodológicas, até mesmo porque já se trazia na bagagem do grupo, três dissertações e uma tese defendidas nesse campo, entre outros trabalhos.

Sabe-se que os entendimentos do que vem a ser a etnografia não são unânimes e variam desde uma coleta de dados bem sistematizada, incluindo a observação participante e a descrição analítica de uma

dada realidade, passando à leitura densa de símbolos e significados públicos a partir de uma experiência de vida transformada em texto antropológico, ou mesmo, mais recentemente chegando ao estatuto de uma espécie de facilitadora ou tradutora de *teorias nativas*. O que interessa dizer aqui é que se entendia ela como algo a mais do que apenas uma ferramenta de trabalho, de forma que nos parecia im-procedente a ideia de dissecá-la do próprio ofício antropológico, em favor de um campo ou uma disciplina em particular. Isso se opunha a nossa afirmação de uma plena antropologia no ciberespaço, quanto daquela política de desfazimento das fronteiras entre “realidade” e “virtualidade”, pois sustentar um modo específico de trabalho – a netnografia – era a própria afirmação de que se estava, de fato em uma realidade com contornos localizados e de qualidades diferentes⁹. Com isso, passa-se a problematizar outra noção que em alguma medida passava a aproximar novamente a comunicação e a antropologia no campo da ciberultura: a rede. Um novo e conjunto esforço era preciso, para abrir a sua *caixa preta*.

3 A Caixa Preta das Redes e o Efeito Latour

Muito da questão que deve se esboçada aqui pode ser pensada pela figura metafórica um pouco torta – a da caixa preta. Sabe-se que elas, as caixas pretas, são aqueles dispositivos que equipam aviões e locomotivas no auxílio à determinação de causas de acidentes. Na verdade, trata-se de dois sistemas independentes – um gravador de voz que registra as conversas da tripulação e o som ambiente das cabinas e outro, de dados, que registra a aceleração, a velocidade, a altitude, os ajustes de potência e outras tantas performances desses aparelhos. Em si, tanto a voz como os dados de performance não fornecem garantias causais, mas como ambos os dispositivos operam com uma inscrição eletrônica de tempo, é possível sincronizar os dois conjuntos de informação, de modo que eles passem então a produzir alguma explicação *a posteriori*.

Há também outra *caixa preta*, que como se sabe, é uma metáfora para o que se conhece nas ciências como *teoria dos sistemas*. Trata-se de uma estratégia teórico-metodológica utilizada na análise de ditos

sistemas fechados, complexos, com estruturas internas desconhecidas ou ignoradas. Nesse modelo, se tem à mão os dados de entrada e aqueles de saída – os ditos *input* e *output*. Impossibilitados – ou mesmo desinteressados, pela descrição do processo de transformações nos dados de entrada, resta, nesse caso, por comparação àqueles de saída, a proposição por parte do cientista, de algumas hipóteses, que em alguns casos, atribui ao próprio sistema a explicação da mudança.

A questão é que ambas as caixas pretas têm o objetivo de explicar um fenômeno ou evento a partir da determinação de causas. O que as diferencia, além da literalidade de uma e da metáfora da outra, é o tipo de privilégio de acesso às informações que nelas passa. A caixa preta de aviões e de locomotivas pode ser aberta e dispõe ao investigador os registros dos seus dispositivos. Já aquela da *teoria dos sistemas* não; o processo interno é misterioso – pode-se observar o que entra, e como sai aquilo que entrou. Mas a vantagem dela está na entrega de dados prontos, que faz caber ao pesquisador apenas o atestado de um fato, enquanto a outra exige um longo trabalho de produção dele, a partir da descrição minuciosa das inscrições humanas gravadas num dispositivo e daquelas do equipamento gravadas em outro, cujo dado se forja, apenas a partir do encontro de ambas.

O ponto aqui não tem nada a ver com causas, mas tratar a noção de rede como caixa preta com a qual o GrupCiber passou a dar investimentos nos seus trabalhos lembra aquela das locomotivas e aviões. Isso porque, ela se remete a eventos, e para descrevê-los, o elemento tempo faz diferença, provoca sentido, como no cruzamento de informações de uma caixa preta. Mas que se entenda que, quando eu falo tempo, eu não falo *história* ou *contexto*, com em tradições dialéticas ou formalistas. A questão crítica aqui é que rede, no sentido *latouriano*, é contingente, performática, não ontológica – não serve como objeto a ser descrito, senão apenas nos fornece algumas pistas metodológicas para o trabalho de descrição.

Estávamos chegando a nossa primeira década de grupo, e um pouco antes disso, já dispostos ao abandono de discussões que procuravam definir categorias, como a de comunidades virtuais, ambientes ou de ciberespaço; vínhamos adotando aquela de rede sociotécnica. Isso nos permitia, entre outras coisas, argumentar que *on-line* e *off-line* eram

apenas distinções didáticas e assim ganhávamos mais fôlego contra algumas ideias que ainda faziam diferença na comunicação, como aquela de impacto da internet nas relações entre as pessoas (ainda que já ultrapassando a ideia de impacto na comunicação). Mas o que começava a ficar evidente para nós mesmos é o fato de que quando dizíamos que estávamos fazendo um estudo de redes sociotécnicas – três problemas surgiam simultaneamente: o primeiro, é o de que rede, na forma que empregávamos, nós e a comunicação, era uma confusão entre o artifício metodológico de Bruno Latour, pela própria rede *World Wide Web* da internet.

A rede que veio com o advento da cibernética, no contexto da ciberultura virou uma espécie de sinônimo da *www*. Acontece que essas redes da cibernética se referem àquilo que transporta informações de conexão em conexão, por longas distâncias, em especial, mantendo essas informações intactas. Importa, nesse caminho, a relação entre a entrada e a saída de dados – e foi justamente pelos mesmos termos, que na minha escolha, eu descartei a metáfora que a Teoria dos Sistemas faz da caixa preta. Rede, na cibernética é um sistema fechado, complexo, com estruturas interiores desconhecidas, que no mais das vezes nem vale a pena conhecer, já que ele, na qualidade de sistema fechado, é por si só o elemento explicativo de qualquer modificação entre o que entrou e o que saiu, independentemente do que acontece lá dentro.

Esse também parece ser o problema com a ideia de história e principalmente, de contexto – para não citar também, de sociedade, cultura, sistema, conjuntura, etc. Essas palavras funcionam também como uma espécie de sistema fechado – não sabemos o que acontece lá dentro, mas comparamos algo a partir de um ou outro momento da história ou entre um e outro contexto, suas modificações são autoexplicativas por esses aparentes sistemas, sem nos atentarmos, mais detalhadamente, para o que acontece dentro deles.

Faz tempo que falamos em Ciberultura e que dizemos fazer etnografia no ciberespaço. Aqui, os problemas têm derivações, pois no ciberespaço, aparentemente, conseguimos identificar redes como sendo elas algo que *já está lá*. Sim, porque não: é possível observar as chamadas redes sociais, com seus programas, gentes e interações de múltiplas formas. Parecem que são objetos plenamente passíveis de

descrição – e assim, certos comportamentos são X porque acontecem no *facebook*, diferentemente de certas relações que são Y porque acontecem no *twitter*, e assim por diante. Isso tudo, sem contar que o próprio ciberespaço é uma ideia desgraçada, que, vira e mexe, nos faz pensar num lugar especial da realidade, com propriedades especiais de explicação sobre o que entra e o que sai dele. E aí aparecem as novas formas de comunicação, novas comunidades, novas identidades, até uma cultura nova – a Cibercultura.

Disso resulta que, em grande medida, nossos textos não eram precários, não figuravam à moda de *relatos de risco*. Eles eram totalizantes, coerentes e bem explicados, mesmo considerando as especificidades do campo em formação, pois as redes, como uma “coisa”, nos fornece a segurança de algum lugar. Foi com alto custo que passamos a rastrear e a descrever associações, como sendo o nosso trabalho. Na perspectiva que vínhamos adotando, a rede já não estava mais lá – não era o que estava em descrição, mas o método para descrever. Ela, a rede, é um *resultado* e não um *dado* – a descrição de uma rede é uma maneira de dispor os rastros deixados por atores no curso de suas ações – e essa era a voz de Bruno Latour que levávamos aos pesquisadores comunicação, que ainda tinham “a rede”⁹.

A questão problemática aqui, como já afirmada, é que noção de rede sociotécnica ou simplesmente rede pode ser assumida a partir de duas diferentes leituras: a de *objeto a ser descrito* como aquela de *maneira de descrever um objeto*. O primeiro caso, era comum de ser associado à ideia física de algo que transporta os dados e, no limite, comporta as relações. O que por alto, definiria o próprio objeto dos estudos de uma grande parte do que se faz em Cibercultura. Já sobre o segundo aspecto, em especial, a Actor-Network Theory (ANT) tem trazido nos últimos anos contribuições significativas para um debate que reformula muitas das proposições gerais das Humanidades. Nesse caso, ela é uma espécie de evento, pensada como ação, fluxo ou resultado sempre provisório de associações, onde o que se ressalta é o seu valor metodológico.

A partir daí, os nossos questionamentos se dirigiram à própria cibercultura – nela há, notem, duas entidades preconcebidas – a ci-

bernética e a cultura – que juntas formavam “um novo contexto” que por si próprio fazia a explicação das relações a ele referidas. Isso não nos permitia avançar, nem mesmo pensando ainda apenas nos humanos – uma vez que eles e suas ações, nessa condição, eram definidos pela própria cibercultura – assim não nos restava muito mais do que a esperança do lançamento de um novo “*site* de relacionamentos” ou uma nova “rede social” para continuar nossos trabalhos, pois aí novas relações se formariam. De uma forma resumida, aquela cibercultura era o próprio “social” que a crítica da Teoria Ator-Rede queria dissolver – aquele de um domínio da realidade, em favor daquele da associação (Latour, 2012). Se, para Bruno Latour, a ideia de social vinha carregada de uma substantividade, que a coloca num rol de “coisas” como ferro, libido, casa ou qualquer elemento estabilizado, ordenado e com formas definíveis e cujo contraste é a natureza, na cibercultura, a ideia de ciberespaço, por exemplo, assumia a mesma condição, cujo contraste seria qualquer espaço, não ciber – com o mesmo se aplicando ao contraste entre real e virtual, etc.

Assim, o segundo ponto de revisão das perspectivas de trabalho do GrupCiber vinha com a ideia de que o sócio, do sociotécnico, em nossos trabalhos, se referia às pessoas – ou seja, àquilo que humanizava a tecnologia, e ela, a tecnologia ou o técnico compunha o cenário, isto é, era o coadjuvante, materializado no próprio computador, na internet ou nas plataformas e espaços nas quais as relações eram moduladas.

Como experiência própria, eu mesmo conduzi minha etnografia no orkut entre 2005 e 2006, tomando o “programa *orkut*”, com os seus *bits*, *bytes* ou *pixels*, como uma rede – um lugar especial onde humanos poderiam se associar – uma espécie de cenário ou contexto tecnológico. E novas associações se faziam conforme novas possibilidades técnicas iam aparecendo naquele programa. E como o orkut, outros programas faziam isso, como o e-mail, as listas de discussão, as salas de bate-papo ou os blogs; e outras ainda, como o *twitter*, por exemplo, com seus 140 caracteres. Enfim, eu pensava em um humano protagonista que criava novas técnicas e que permitia se recriar nelas, num jogo assimétrico de regras “humano-agente e técnico-agido”. O sociotécnico seria então um rótulo dessa síntese que entendia o sócio como conjunto humano e o técnico como o conjunto das demais coisas, não humanas.

E mesmo que eu quisesse inverter os papéis, pensando o técnico como agente e o humano como agido; eu voltava às discussões já presentes em parte da filosofia da tecnologia dos meados do século XX que via nas novas criações humanas uma forma de dominação da máquina sobre o homem – o que cabe no rótulo do determinismo tecnológico.

Assim, como já mencionado, não era de se estranhar que frequentemente a ideia de “novas relações” era acionada nos discursos da cibercultura, pois se referiam de vínculos estabelecidos entre pessoas, a partir de novos ambientes técnicos que permitiam a conexão por meio de uma rede. Ainda sobre esse aspecto, foi preciso reconsiderar a natureza da ação, pois, seguindo, ainda, Latour (2012), o ator não é uma peça que já está no tabuleiro e que depois age. Ele não se refere exclusivamente aos humanos, mas a um ente que se constitui apenas na ação. Ele não existe como repertório, de modo que chega a ser redundante a afirmação de “atores em ação” – sua sugestão é a de que fuçamos da ideia de que atores (ou actantes/atuentes) estão esperando em algum lugar, prontos e definidos, a hora de entrar em cena. Assim, a ação é pensada como um evento e não como um ato – localizando sujeitos e objetos. O propósito da expressão *ator-rede* é justamente o de deslocar a origem dessa ação. Nesse caso, aquele convencimento anterior voltado à comunicação, de que o ciberespaço não se tratava apenas de dados ou informações que navegavam intactos por meio das redes da *www*, de humanos para humanos, mas que havia ali relacionamentos, e de outra forma, aquele direcionado à antropologia, de que ali não havia apenas cabos, conexões e códigos binários, que exigia uma certa insistência na agência humana, precisava ser revisito. Ao contrário de antes, a tarefa agora era a de repovoar as nossas etnografias, convencendo a antropologia e a comunicação de que ali não havia *apenas* gente. A ação não poderia mais ser pensada exclusivamente nos moldes de atos humanos – comunicadores e receptores que tinham como canal ou cenário o ciberespaço. Era preciso considerar que **os objetos também agem**. O que, é claro, sem a implicação de pensá-los como intencionais ou dotados de alguma subjetividade.

A consideração dessa agência não humana não se preocupa em definir o que é sujeito ou o que é objeto – na melhor das hipóteses, essa

diferenciação não ajuda em nada nessa perspectiva. A ideia é pensar a redes como um conjunto de ações resultantes da associação entre humanos e não humanos que não estão, necessariamente, distribuídos na cena como sujeitos e objetos, respectivamente. Nesse sentido é que agrada a caixa preta de aviões e de locomotivas. As vozes gravadas, certamente, são de humanos. Os dados de performances desses veículos são, certamente, de não humanos. Mas isso não implica, de modo algum, numa relação de sujeito-objeto ou causa e efeito – e o que mais me agrada é que, por si só, eles são elementos que pouco ou em nada ajudam a compreender um evento, como um acidente, por exemplo. É apenas com a associação de dados e vozes por meio da inscrição eletrônica de tempo é que emerge algo. Eu vou ser mais direto, e talvez a comparação não seja das melhores, mas é assim que eu estou pensando uma rede – há elementos humanos e não humanos que por si só não me dizem nada; eles não estão em posição de sujeito e objeto e o que se produz com eles, em geral, não é uma relação de causa e efeito. Agora, juntos, em um dado tempo eles constituem um evento – isso é a rede. Ela não é um dado, mas o resultado sempre provisório de associações. A provocação que vem com isso reside no desafio de fazer recuperar aqui a nossa capacidade de dar um passo a mais nas descrições, atentando-se, ao esgotamento, aos muitos atores constituintes desses eventos.

A partir dessa espécie de “repovoamento da etnografia” no campo da ciberultura, não caberia mais, como já afirmado, a ideia humanos e não humanos distribuídos na cena como sujeitos e objetos, respectivamente¹⁰. Para além dos “sujeitos”, antes pensados como apenas os humanos, os “objetos”, pensados como coisas, eles agem **também**, pois pensar a rede é pensar numa série de ações distribuídas, e não pensadas em razão de **causa e efeito**. Trata-se, assim, de uma performatização do social – pois, seja lá o que ele for, **ele o é em ação**. O que Teoria Ator-Rede nos trouxe, foi uma provocação para recuperarmos a nossa capacidade de dar um passo a mais nas descrições, atentando-se, ao esgotamento, aos muitos atuantes desses eventos.

Assim, o desfazimento desses equívocos passou a ser o objeto das discussões do GrupCiber nos simpósios da ABCiber a partir de 2008,

quando ainda o nome Bruno Latour era um quase desconhecido nesse campo, e o nosso anúncio de mesas e apresentações em Grupos de Trabalhos que dialogassem com a Teoria do Ator-Rede, ainda gerava a expectativa de que, agora sim, a antropologia levaria a público alguma coisa mais concreta e sistematizada sobre como fazer etnografia na “rede”.

Atualmente, a ABCiber realizou mais de sete simpósios nacionais, e Bruno Latour e a Teoria Ator-Rede compõem pelo menos a metade das discussões dos últimos deles. Enquanto há falta de perceber alguma especificidade nesse campo que ainda justifique a ideia de “antropologia no ciberespaço” como algo diferente de outras antropologias, a nossa participação tem sido cada vez mais residual. Não que essa não seja uma discussão interessante, mas não somos antropólogos da cibercultura, e a comunicação, já tem a sua própria netnografia. Na verdade, quem está à procura de melhores entendimentos sobre a etnografia, agora, somos nós¹¹. Interessa-nos justamente a sua produção nessa perspectiva sociotécnica, especialmente no que se refere à escrita das múltiplas agências, haja vista que nossa própria forma textual é traidora, ao insistir na localização de sujeitos e objetos na composição de uma descrição. O que preocupa é a forma de escrever ações como eventos, sem causa e efeito, sujeito e objeto, como também nos interessa a superação do próprio rótulo “agência não humana”, que ainda parece supor alguma qualidade diferente das humanas, para não serem designadas apenas como **agência**.

Finalmente, há que se considerar que a forma romanceada e unilateral dessa narrativa sobre as controvérsias em torno da etnografia no campo cibercultura e a **latourianização** desse debate, ainda merece um exame que lhe tire melhores consequências. Mas importa perceber desde então, que a ideia de tomar a etnografia e a Teoria Ator-Rede como mediadoras de duas áreas de conhecimento, nos permite rastrear alguns dos processos de sua tradução em favor de algum entendimento comum. Enfim, seja lá o que ainda restou da cibercultura, ela ainda parece ser, para usar uma expressão latouriana, uma **questão de interesse**.

Notas

- ¹ Uma parte deste trabalho foi apresentado no *GT Narrativas em Movimento*, do *Terceiro Congresso Latinoamericano de Antropología* (ALA 2012), que aconteceu em Santiago de Chile, entre 5 e 10 de novembro de 2012. Agradeço aos comentários e às críticas de Guilherme José da Silva e Sá (UnB) e de Luciana Hartmann (UnB). Outra parte importante das discussões aqui presentes foram apresentadas no *GT Antropologia do Ciberespaço*, da 29ª. *Reunião Brasileira de Antropologia*, que aconteceu em Natal, entre 3 e 6 de agosto de 2014. Lá, como em outros momentos de debates no GrupCiber do PPGAS/UFSC, foi possível contar com sugestões e críticas de Theophilos Rifiotis, que deu contribuições imensuráveis a este texto. Saliento também que a minha participação no evento do Chile apenas foi possível por intermédio do CNPq na forma de uma bolsa PDJ de pós-doutorado, vinculada ao GrupCiber do PPGAS/UFSC.
- ² Grupo de Pesquisa em Ciberantropologia (GrupCiber). Disponível em: <<http://www.grupciber.net/blog/>>. Acesso: 1º set. 2014.
- ³ Sobre coletivos em opção à sociedade, ver, especialmente, Latour (2001).
- ⁴ Seguindo Lemos (2003, 11-12, grifo nosso), o termo cibercultura “[...] está recheado de sentidos, mas podemos compreender a Cibercultura como a forma sócio-cultural que emerge da relação simbiótica entre a sociedade, a cultura e as novas tecnologias de base micro-eletrônica que surgiram com a convergência das telecomunicações com a informática na década de 70 [...] uma relação que se estabelece pela emergência de novas formas sociais [...]”. *A cibercultura é a cultura contemporânea marcada pelas tecnologias digitais*. Vivemos já a cibercultura. Ela não é o futuro que vai chegar, mas nosso presente. [...] A cibercultura representa a cultura contemporânea sendo consequência direta da evolução da cultura técnica moderna.
- ⁵ Para aprofundamento dos temas e questões que formaram o campo da antropologia do ciberespaço, especialmente a partir do investimento do GrupCiber, cf. (Rifiotis; Máximo; Lacerda; Segata, 2010). Para o debate entre apocalípticos e apologeticos, Rifiotis (2002) e Segata (2011).
- ⁶ A ideia geral é de que o social é uma espécie de resultado da sociação. Isso, no caso em questão, nos permitia deslocar a o pensamento corrente no campo da cibercultura, de que aquelas interações eram o resultado de espaços e plataformas específicas das redes. Sobre sociabilidade, no modo como conduzíamos nossos trabalhos. (Simmel, 2006)
- ⁷ Em muito se pode imaginar um cenário que desperta Haraway (2000, p. 46-47) à sua crítica em forma de um Manifesto Ciborgue: “nossas máquinas são perturbadoramente vivas e nós mesmos inertes [...]”. A certeza daquilo que conta como natureza – uma fonte de *insight* e uma promessa de inocência – é abalada, provavelmente de forma fatal. [...] Tanto os chimpanzés quanto os artefatos têm uma política”.
- ⁸ Para um balanço crítico sobre a netnografia, ver Máximo *et al.* (2012). Para referências específicas sobre etnografia virtual e netnografia, ver Hine (2000; 2005) e o recente Kozinets (2010).
- ⁹ Essas questões, é claro, como já bem provocou Rifiotis (2012), não se restringem ao caso do ciberespaço. É preciso que casos como o dele possam mobilizar a antropologia como um todo para a revisão de problemáticas da própria a etnografia na disciplina.
- ¹⁰ Sobre a ideia de repovoamento da etnografia é interessante o posicionamento de Rifiotis (2014): para ele, ela se torna central, não apenas na etnografia no ciberespaço,

mas na forma de um dilema propriamente dito para a antropologia contemporânea: afinal de contas, como se dá a escrita sobre a ação e agência? Ou, de outra maneira, como podem ser solucionadas as exigências colocadas pela descrição de redes?

- ¹¹ Na verdade essas crises não têm limites claros – já que hoje o próprio campo da cibercultura se vê às voltas com uma espécie de crise de identidade, pois ela, a cibercultura, não é mais uma posição confortável de objeto e, ao mesmo tempo, fonte externa de explicação de um conjunto de movimentos a ela referidos. Ao mesmo tempo, como nós na antropologia nos vemos diante de novos desafios, de problematizar a própria etnografia na disciplina e, mais especificamente, a partir de uma perspectiva sociotécnica, nos perguntar sobre como etnografar um ator-rede (Segata, 2014), a comunicação se vê diante de desafios de solucionar os problemas que a netnografia, como promessa de solução de outros, levou a eles.

Referências

- DREXLER, Jorge. “El Otro Engrenaje”. **12 Segundos de Oscuridad**. Montevideu: Warner Music Int. [CD - Faixa 5], 2006, 3’54.
- GUIMARÃES JR., Mario. J. L. **Vivendo no palace**: etnografia de um ambiente de sociabilidade no ciberespaço. Dissertação de Mestrado. Antropologia Social. Florianópolis, PPGAS-UFSC, 2000.
- HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: SILVA, T. T. (Ed.). **Antropologia do ciborgue**: as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte, Autêntica, 2000. p. 36-129.
- HINE, Christine. **Virtual ethnography**. Londres, Sage Publications, 2000.
- _____. **Virtual methods**: issues in social research on the internet. Londres, Berg Publishers, 2005.
- LATOUR, Bruno. **A Esperança de pandora**: ensaios sobre a realidade dos fatos científicos. Bauru, Edusc, 2001.
- _____. **Regregando o social**: uma introdução à Teoria Ator-Rede. Bauru, SP; Salvador, BA, Edusc; EDUFBA, 2012.
- KOZINETS, R. **Netnography**: doing ethnographic research online. Londres, Sage Publications, 2010.
- LEMOS, André. Cibercultura: alguns pontos para compreender a nossa época. In: LEMOS, A.; CUNHA, P. (Ed.). **Olhares sobre a cibercultura**. Porto Alegre, Sulina, 2003. p. 11-23.
- MÁXIMO, Maria Elisa. **Compartilhando regras de fala**: interação e sociabilidade na lista eletrônica de discussão Cibercultura. *Dissertação de Mestrado. Antropologia Social*. Florianópolis, PPGAS-UFSC, 2002.

MÁXIMO, Maria Elisa. *et al.* “A etnografia como método: vigilância semântica e metodológica nas pesquisas no ciberespaço”. In: MALDONADO, A. Efendy *et al.* (Ed.). **Epistemologia, investigação e formação científica em comunicação**. Rio do Sul, UNIDAVI, 2012. p. 293-319.

_____. **Blogs – o eu encena, o eu em rede**: cotidiano, performance e reciprocidade nas redes sociotécnicas. Tese de Doutorado. Antropologia Social. Florianópolis, PPGAS-UFSC, 2006.

PETRY, Dalila Floriani. **Seguindo minha participação no twitter**: descrição da experiência e interações vivenciadas a partir do Twitter. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Ciências Sociais. Florianópolis: UFSC, 2009.

_____. **Floresta de redes**: pesquisa sobre o programa Floresta Digital. Dissertação de Mestrado. Antropologia Social. Florianópolis, PPGAS-UFSC, 2013.

RIFIOTIS, Theophilos. Antropologia do Ciberespaço: questões teórico-metodológicas sobre pesquisa de campo e modelos de sociabilidade. **Antropologia em Primeira Mão**, Florianópolis, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social/UFSC, n. 51, 2002.

_____. Desafios contemporâneos para a antropologia no ciberespaço: o lugar da técnica. **Civitas**, Porto Alegre, v. 12, n. 3, p. 566-578, 2012.

_____. **Etnografia no ciberespaço como repovoamento e explicação**. Natal, RN. 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2014.

RIFIOTIS, T.; MÁXIMO, M. E.; LACERDA, J.; SEGATA, J. (Org.). **Antropologia no ciberespaço**. Florianópolis: Editora UFSC, 2010.

SEGATA, Jean. **Lontras e a construção de laços no Orkut**. Dissertação de Mestrado. Antropologia Social. Florianópolis, PPGAS-UFSC, 2007.

SEGATA, Jean *et al.* Admirável Mundo Novo? A Ciberultura e os Apocalípticos e Apologéticos do Ciberespaço. **Revista Caminhos – Dossiê Tecnologias**, Rio do Sul, ano 2, n. 4, p. 17-26, 2011.

_____. **O Texto da Rede**. Relatório de Pós-Doutorado em Antropologia Social. Florianópolis: GrupCiber/PPGAS-UFSC, 2014.

SIMMEL, Georg. A Sociabilidade (exemplo de sociologia pura ou formal). In: SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais de sociologia**. Rio de Janeiro, Zahar, 2006. p. 65-84.

WINKIN, Yves. **A nova comunicação**: da teoria ao trabalho de campo. Campinas, Papirus, 1998.

Recebido em 1º/10/2014

Aceito em 1º/11/2014